

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A Companhia de Seguros Aliança do Brasil atua nos segmentos de seguros de pessoas, habitacionais e rurais, em todas as suas formas.

Em 2015, a Companhia apresentou prêmios emitidos de R\$ 6.920,9 milhões e lucro líquido de R\$ 1.594,0 milhões, que representam incrementos de 3,6% e de 24,4%, respectivamente, sobre os resultados do ano anterior.
No exercício de 2015, os acionistas deliberaram a distribuição de lucros no total de R\$ 1.627,0 milhões, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 1.568,0 milhões e de R\$ 59,0 milhões, respectivamente em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 23 de fevereiro, 29 de maio, 18 de agosto, 30 de novembro e 29 de dezembro de 2015.
Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a Companhia declara deter, na categoria "mantidos até o

vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 1.573,5 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.
Agradecemos a todos que se dedicam ao crescimento do nosso negócio: aos nossos acionistas, cliente, parceiros e corretores pela confiança e apoio. E aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.
São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		5.678.562	5.449.608
Disponível		99.863	64.616
Caixa e bancos	5	99.863	64.616
Equivalentes de caixa	5	14.953	68.163
Aplicações	6	2.102.789	2.248.700
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.879.536	1.603.347
Prêmios a receber	8	1.407.361	1.188.537
Operações com seguradoras		5.323	6.741
Operações com resseguradoras	9a	466.852	408.069
Outros créditos operacionais	10	35.395	132.967
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	563.263	328.112
Títulos e créditos a receber	9a	277.174	413.767
Títulos e créditos a receber	11a	257.686	378.129
Créditos tributários e previdenciários	26b	481	388
Outros créditos	11b	19.007	35.250
Outros valores e bens			
Bens a venda		70	-
Outros valores		70	-
Despesas antecipadas		3.645	9.704
Custos de aquisição diferidos	19	701.865	580.025
Seguros		701.865	580.025
Ativo não circulante		6.500.556	5.264.417
Ativo a longo prazo		6.341.638	5.197.108
Aplicações	6	2.971.650	2.269.810
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.342.403	1.146.670
Prêmios a receber	8	1.342.403	1.146.670
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	29.205	21.838
Títulos e créditos a receber	10	1.038.200	975.543
Créditos tributários e previdenciários	26b	257.067	275.575
Depósitos judiciais e fiscais	23	781.133	699.968
Custos de aquisição diferidos	19	960.180	783.247
Seguros		960.180	783.247
Investimento		6.489	6.286
Participações societárias		6.484	6.281
Outros investimentos		5	5
Imobilizado	12	54.920	12.685
Imóveis de uso próprio		1.122	1.292
Bens móveis		27.683	11.277
Outras imobilizações		26.115	116
Intangível	13	97.509	48.338
Outros intangíveis		97.509	48.338
Total do ativo		12.179.118	10.714.025

Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		6.282.960	5.518.680
Contas a pagar		627.859	500.089
Obrigações a pagar	14	117.001	68.370
Impostos e encargos sociais a recolher		12.962	13.487
Encargos trabalhistas		6.828	7.314
Impostos e contribuições	15	491.068	410.918
Prêmios a receber com seguros e resseguros		1.685.506	1.543.694
Prêmios a restituir		88.424	21.606
Operações com seguradoras		2.372	2.516
Operações com resseguradoras	9b	774.481	719.374
Corretores de seguros e resseguros	16	720.070	706.872
Outros débitos operacionais	17	100.159	93.326
Depósitos de terceiros	18	103.354	178.046
Provisões técnicas - Seguros	19	3.866.241	3.296.851
Danos		1.751.720	1.217.826
Pessoas		2.114.521	2.079.025
Passivo não circulante	19	3.764.867	3.060.168
Danos		148.479	112.875
Pessoas		3.616.388	2.947.293
Outros débitos		634.095	585.325
Provisões judiciais	23	634.095	585.325
Patrimônio líquido	24	1.497.196	1.549.852
Capital social		655.745	380.482
Reservas de capital		-	146.645
Reservas de lucros		872.721	1.034.363
Ajustes com títulos e valores mobiliários		(31.270)	(11.638)
Total do passivo e patrimônio líquido		12.179.118	10.714.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social em aprovação	Aumento de capital	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros investimentos	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	380.482	-	146.645	76.096	656.207	(7.371)	-	1.252.059
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(4.267)	-	(4.267)
Dividendos pagos - AGE de 20 de janeiro de 2014	-	-	-	-	(78.400)	-	-	(78.400)
Dividendos pagos - AGE de 31 de março de 2014	-	-	-	-	(27.000)	-	-	(27.000)
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	(302.806)	-	-	(302.806)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.281.760	1.281.760
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - AGE de 29 de agosto de 2014	-	-	-	-	958.266	-	-	958.266
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	(237.300)	-	-	(237.300)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	(958.266)	-	(958.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	380.482	-	146.645	76.096	958.267	(11.638)	-	1.549.852
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(19.632)	-	(19.632)
Dividendos pagos - AGE de 23 de fevereiro de 2015	-	-	-	-	(250.000)	-	-	(250.000)
Aumento de capital - AGE de 31 de março de 2015	-	275.263	(146.645)	-	(128.618)	-	-	-
Dividendos pagos - AGE de 29 de maio de 2015	-	-	-	-	(307.300)	-	-	(307.300)
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	(272.349)	-	-	(272.349)
Aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT 236 de 19 de agosto de 2015	-	275.263	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.593.976	1.593.976
Proposta para distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	55.053	-	-	-	55.053
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	-	-	(150.451)	(150.451)
Dividendos pagos - AGE de 30 de novembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(407.900)	(407.900)
Dividendos pagos - AGE de 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-	(180.000)	(180.000)
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(59.000)	(59.000)
Reserva de investimento	-	-	-	-	741.572	-	-	741.572
Saldo em 31 de dezembro de 2015	655.745	-	131.149	741.572	741.572	(31.270)	-	1.497.196

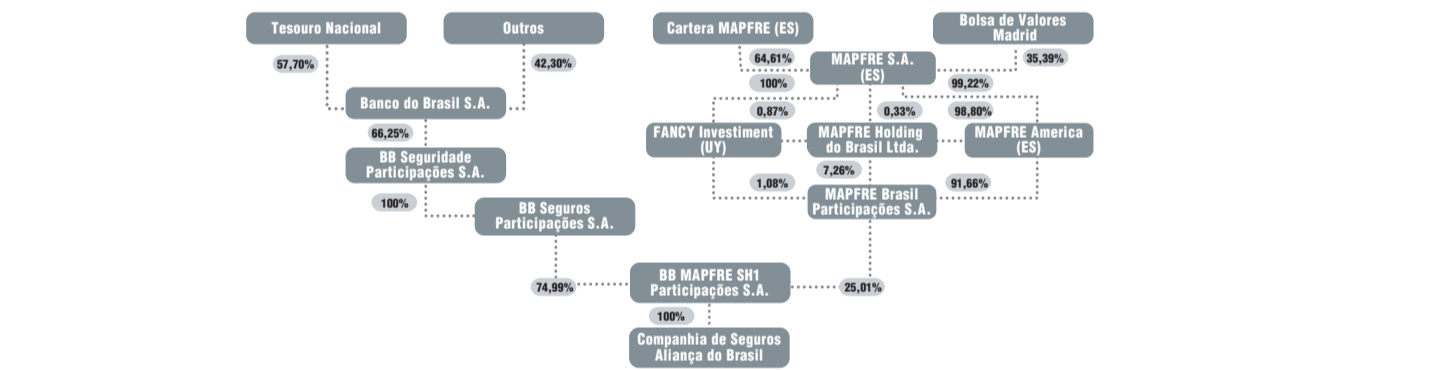
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante referida também como "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo, cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e

empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27. Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2016. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referenciado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: **(i)** informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; **(ii)** informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 6 - Aplicações; • Notas 3k, 19 e 22 - Provisões técnicas; • Nota 8 - Prêmios a receber (provisão para riscos sobre crédito); • Nota 23 - Provisões judiciais; e • Nota 26b - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Separação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de contratos com clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa** incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias, com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculadas com garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **i.** ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, **ii.** ativos financeiros mantidos até o vencimento e **iii.** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. As informações justas têm sido apuradas para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as valores justos adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6d. **c) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e gerenciadas na BB&Fowespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando o evento subsequente indica reversão a perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado e a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada

perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber diretos com base em estudo técnico que leva em consideração os prêmios diretos, líquidos de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência e sobre os créditos a recuperar com resseguradores, com base em estudo que considera o total dos créditos com data de origem superior a 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o rating do ressegurador. Para as operações com IRR Brasil Resseguros S.A. e MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros não há histórico de risco de perda. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerando permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa nº 13. **g) Classificação dos contratos de seguros:** A Companhia classifica os contratos emitidos com contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao seguro na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimativas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguro é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não-proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas, que estão sujeitas à análise pelos resseguradores. Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota 3d (ii). Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à constituição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O critério de apuração do custo inicial de contratação está descrito em Nota Técnica Atuarial e considera a relação percentual entre as despesas relacionadas à contratação e o prêmio ganho. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). Em decorrência, a PCC foi constituída para o produto Ouro Vida Revisado - OVR, que é uma apólice de Vida em Grupo, comercializada de 1998 a 2001, com renovação anual automática e sem previsão de reajuste do prêmio por mudança de faixa etária dos segurados e com cobertura de invalidez permanente por doença (IPD). A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Comitê financeiro: Constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

Comitê de riscos globais: Constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. • **Comitê de auditoria:** Órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê executivo:** Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições específicas que colaboram com o planejamento de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas da Companhia dentro do sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição de suas atribuições e nível de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos de forma adequada, a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Companhia. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Companhia define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Companhia possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo em seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorre, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Companhia entende que o principal risco transferido para a Companhia é o risco de que sinistros avulsos e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Companhia incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Companhia utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem rating de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições à concentração de risco são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseado no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	2015				2014			
	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)		Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)	
	Demais	%	Rural	%	Demais	%	Rural	%
Centro Oeste	24.436	0%	555.397	9%	756.913	11%	1.034.837	20%
Nordeste	29.578	0%	173.295	3%	841.964	12%	1.336.746	15%
Sudeste	8.767	0%	92.409	1%	279.465	4%	380.641	5%
Sul	97.126	1%	484.995	8%	1.830.206	27%	2.412.327	36%
Total	179.996	2%	2.076.289	32%	4.501.793	66%	6.776.078	100%

Região geográfica	2014				2014			
	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)		Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (**)	
	Demais	%	Rural	%	Demais	%	Rural	%
Centro Oeste	31.652	0%	426.718	7%	684.508	11%	1.142.878	18%
Nordeste	23.720	0%	133.451	2%	781.964	12%	939.135	14%
Norte	6.960	0%	57.407	1%	239.784	4%	304.151	5%
Sudeste	77.914	1%	439.264	7%	2.082.704	32%	2.599.882	40%
Sul	32.909	1%	679.270	10%	2.757.586	42%	3.499.665	53%
Total	173.055	2%	1.736.110	27%	4.576.546	71%	6.485.711	100%

(*) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 39.360 e R\$ 184.183 (R\$ 42.537 e R\$ 149.902 em 31 de dezembro de 2014). (**) As operações estão líquidas de RVNE e DPVAT, respectivamente, no montante de R\$ 21.064 (R\$ 630 em 31 de dezembro de 2014).

Sensibilidade do risco de subscrição: O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As províções técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Companhia com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das províções, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Províções técnicas:** i. Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e conseqüente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 23,76% (15,28% em 31 de dezembro de 2014) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (dentro dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. ii. Provisão Complementar de Cobertura PCC (a2): Para produto OVR - Ouro Vida Revisado foi utilizada a seguinte variabilidade nas premissas: Tábua de mortalidade: Aumento de 5% Taxa de desconto: Redução de 1%

b) Sinistralidade: Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de risco	Total	Sensibilidade	2015		2014	
			Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)	Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)	Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)	Impacto no resultado/PL (Bruto de impostos)
a. Províções técnicas						
a1. IBNR	Aumento	Coefficiente de variação dos fatores de IBNR	(152.120)	(171.882)	(161.290)	(180.940)
a2. PCC	Redução	Redução de 5% na taxa de desconto da PCC	(69.424)	(64.972)	(54.236)	(51.837)
b. Sinistralidade	Aumento	Elevação de 5% na sinistralidade	(69.424)	(64.972)	(54.236)	(51.837)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como conseqüência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode ser materializado por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não honrar o pagamento previsto no vencimento; • Amortizações previstas para cada título; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; e • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos resseguradores e ressegurados. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos a decorrer e riscos decorridos, onde nos ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos Massificados. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de riscos com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradoras com alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. No caso das resseguradoras MAPFRE RE do Brasil e MAPFRE RE Companhia de Reasseguros S.A. foi considerado o rating da MAPFRE RE da Espanha.

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating(*)	2015				2014				
	Local	Admitida	Total	Local	Admitida	Total	Local	Admitida	Total
A-		153.841	153.841		239.604	239.604		239.604	239.604
Total	454.466	153.841	608.307	282.409	239.604	522.013	454.466	153.841	608.307

(*) As operações estão líquidas de RVNE de resseguro no montante de R\$ 21.064 (R\$ 630 em 31 de dezembro de 2014). O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, AM Best e Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação, com raras exceções. No caso de rebaixamento do rating a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo, quadro demonstrativo das classificações de rating em 31 de dezembro de 2015:

Ativos financeiros - rating	2015								Total	
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB	BB+		B-
Títulos de renda fixa públicos(*)	4.786.833	-	-	-	-	-	-	-	-	4.786.833
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	16.118	-	-	16.107	-	-	-	-	15.962	48.187
Debêntures	31.076	19.015	28.632	6.709	-	30.461	10.109	10.545	9.791	146.338
Letras financeiras	-	37.662	-	-	6.153	-	-	-	-	43.815
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	49.266	-	-	-	-	-	-	-	-	49.266
Total	4.883.293	56.677	28.632	6.709	22.260	30.461	10.109	10.545	9.791	5.156.074.439

Ativos financeiros - rating	2014								Total	
	AAA	AA+	AA	AA-	A+	A	BBB	BB+		S/Rating
Títulos de renda fixa públicos(*)	3.920.944	-	-	-	-	-	-	-	-	3.920.944
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)**	24.827	-	-	13.962	-	-	-	-	13.977	41.970
Debêntures	47.273	57.405	72.759	3.261	10.461	5.201	5.281	-	-	201.641
Letras financeiras	93.484	-	107.766	-	46.412	-	-	-	-	247.662
Fundos de investimento em direitos creditórios - não exclusivo	48.887	-	-	-	-	-	-	-	-	48.887
Notas promissórias	-	32.509	-	-	-	-	-	-	-	32.509
Outras aplicações	-	-	-	-	-	-	-	70	70	70
Total	4.149.446	89.914	180.525	17.223	56.873	5.201	5.281	13.977	70	4.518.510

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 726.019 (R\$ 129.229 em 31 de dezembro de 2014) com lastro em títulos públicos. (**) A exposição em Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) está dentro dos limites garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's*. A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress, como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionais de obter recursos para transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Companhia possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descaimentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Companhia reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das províções técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores em vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Companhia apresenta índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos agêncios do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa.

	2015			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	99.863	-	-	99.863
Equivalentes de caixa	14.953	-	-	14.953
Aplicações (*/****)	1.580.184	1.937.579	1.318.481	4.836.244
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.879.536	1.342.403	-	3.221.939
Ativos de resseguro - províções técnicas (****)	257.869	293.787	-	551.656
Outros créditos operacionais	35.395	-	40.812	76.207
Títulos e créditos a receber (**)	276.693	-	-	276.693
Outros valores e bens	-	-	-	79
Despesas antecipadas	3.645	-	-	3.645
Custos de aquisição diferidos	701.865	960.180	-	1.662.045
Total ativo	4.850.082	4.533.949	1.359.293	10.743.324
Províções técnicas (*/****)	2.873.349	3.623.871	-	6.497.220
Contas a pagar	627.859	-	-	627.859
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.685.506	-	-	1.685.506
Depósitos de terceiros	103.354	-	-	103.354
Total passivo	5.290.068	3.623.871	895.760	9.809.699

	2014			Total
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Disponível	64.616	-	-	64.616
Equivalentes de caixa	68.163	-	-	68.163
Aplicações (*/****)	1.592.233	1.875.523	887.432	4.355.188
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.603.347	1.146.670	-	2.750.017
Ativos de resseguro - províções técnicas (****)	158.164	165.540	26.446	350.150
Outros créditos operacionais	132.967	-	-	132.967
Títulos e créditos a receber (**)	413.379	-	-	413.379
Outros valores e bens	7	-	-	7
Despesas antecipadas	9.704	-	-	9.704
Custos de aquisição diferidos	580.025	783.247	-	1.363.272
Outros ativos	-	70	-	70
Total ativo	4.622.605	3.971.050	913.878	9.507.533
Províções técnicas (*/****)	2.242.939	3.151.996	798.897	6.193.832
Contas a pagar	500.089	-	-	500.089
Débitos das operações com seguros e resseguros	1.543.694	-	-	1.543.694
Depósitos de terceiros	178.046	-	-	178.046
Total passivo	4.464.768	3.151.996	798.897	8.415.661

(*) Os ativos financeiros e províções técnicas relacionados a DPVAT, nos valores de R\$ 238.195 (R\$ 163.252 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 238.128 (R\$ 163.187 em 31 de dezembro de 2014), não foram classificados no quadro acima por não estar sob gestão da Administração. (**) Os ativos relacionados a depósitos judiciais e províções judiciais, respectivamente, no valor de R\$ 781.133 (R\$ 699.968 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 634.095 (R\$ 585.325 em 31 de dezembro de 2014), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa inerente do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e outros créditos operacionais, no valor de R\$ 257.548 (R\$ 275.963 em 31 de dezembro de 2014) também não foram classificados no quadro acima. (****) No que se refere ao fluxo de saída das províções de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerada a experiência histórica observada no padrão de pagamento. (*****) As aplicações financeiras foram alocadas entre as faixas considerando o vencimento dos títulos.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a aplicação do VaR é a seguinte: horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando a distribuição normal de retornos, o teste de geração de cenários entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 14.832 (R\$ 10.398 em 31 de dezembro de 2014). Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA), em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletido nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 4.972.062 (R\$ 4.541.717 em dezembro de 2014) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 238.195 (R\$ 163.252 em 31 de dezembro de 2014) foram extraídas da base de análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e R\$ 70 em 31 de dezembro de 2014 relativos a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 4.733.867 (R\$ 4.378.995 em 31 de dezembro de 2014). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2015	2014
Fator de risco		
Taxa de juros		
Elevação de taxas	(160.237)	(73.845)
Redução de taxas	168.953	83.998

a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes. **b) 100 basis points** nas estruturas de cupons vigentes. **Risco operacional:** Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Perdas Operacionais (BDPO) para redução de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. **Limitações da análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/Curva atualizada	Valor justo
2014						
Mantidos até o vencimento	129.822	18.934	- 1.454.195	1.602.951	1.559.037	
Fundos de investimentos	129.822	18.934	- 1.392.547	1.541.303	1.498.756	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	1.027.267	999.404	
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	104.833	-	-	293.929	384.169	
Letras do tesouro nacional (LFT)	24.989	-	-	90.285	115.183	
Carteira administrada	-	-	- 61.648	61.648	60.281	
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	61.648	61.648	
Outras aplicações	-	-	- 70	70	70	
d) Demonstração de valor justo: O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) ou por meio da utilização de metodologia de precificação definida pela BB Gestão de Recursos DTVM S.A. (BB-DTVM). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - "Market to Model" do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia. e) Hierarquia de valor justo: Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos identificados. • Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).						

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor por meio do resultado	1.510.061	49.266	1.559.327	1.699.490	48.887	1.748.377
Fundos de investimentos	1.510.061	-	1.510.061	1.699.490	-	1.699.490
Operações compromissadas	726.019	-	726.019	129.229	-	129.229
Letras do tesouro nacional (LFT)	507.921	-	507.921	503.440	-	503.440
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	737	-	737	18.365	-	18.365
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	20.003	-	20.003	135.339	-	135.339
Letras financeiras (LFT)	17.115	-	17.115	-	-	-
Quotas de fundo DPVAT	238.195	-	238.195	163.252	-	163.252
Fundos não exclusivos	-	-	-	750.277	-	750.277
Caixa/Ajuste DI	71	-	71	(412)	-	(412)
Carteira administrada	-	49.266	49.266	-	48.887	48.887
Fundos de investimentos em	-	-	-	-	-	-
direitos creditórios - não exclusivo	-	49.266	49.266	-	48.887	48.887
Dispositivos para venda	1.703.218	238.340	1.941.558	618.503	548.609	1.167.112
Carteira administrada	1.703.218	238.340	1.941.558	618.503	548.609	1.167.112
Letras financeiras	-	43.815	43.815	-	247.662	247.662
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1.492.791	-	1.492.791	610.660	-	610.660
Letras do tesouro nacional (LFT)	8.638	-	8.638	7.843	-	7.843
Debêntures	-	146.338	146.338	-	201.641	201.641
Certificados de depósito bancário (CDB)	-	-	-	-	24.827	24.827
Certificados de depósito bancário (CDB-DPGE)	-	48.187	48.187	-	41.970	41.970
Letras financeiras do tesouro (LFT)	201.789	-	201.789	-	-	-
Notas promissórias	-	-	-	32.509	-	32.509
Ativos mantidos até o vencimento	1.462.990	-	1.462.990	1.559.037	-	1.559.037
Fundos de investimentos	1.396.529	-	1.396.529	1.498.756	-	1.498.756
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	256.080	-	256.080	384.169	-	384.169
Letras do tesouro nacional (LFT)	96.075	-	96.075	115.183	-	115.183
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	1.044.374	-	1.044.374	999.404	-	999.404
Carteira administrada	66.461	-	66.461	60.281	-	60.281
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	66.461	-	66.461	60.281	-	60.281
Outras aplicações	-	-	-	70	-	70
Outras aplicações	-	-	-	70	-	70
Total carteira	4.676.269	287.606	4.963.875	3.877.100	597.496	4.474.596

Nota: Não houve transferências de ativos entre níveis no exercício.
f) Taxa de juros contratada

	2015		2014	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
NTN-F	12,73%	9,47%	12,76%	9,47%
NTN-B	13,32%	8,35%	12,68%	7,98%
NTN	7,71%	2,64%	6,75%	2,60%
LFT	0,138163	0,133958	-	-
Debênture	111,50% do CDI	108,25% do CDI	111,50% do CDI	105,50% do CDI
Debênture	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 5,39% a.a.	IPCA + 6,16% do CDI	IPCA + 5,39% do CDI
Debênture	CDI + 1,95% a.a.	CDI + 0,62% a.a.	CDI + 1,95% do CDI	CDI + 0,92% do CDI
Letra Financeira	119,00% do CDI	105,25% do CDI	119,00% do CDI	104,50% do CDI
CDB	-	-	106,50% do CDI	106,50% do CDI
DPGE	114,00% do CDI	112,50% do CDI	110,50% do CDI	110,00% do CDI

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui contratos futuros de DI. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção, visando minimizar a exposição a riscos de mercado, neste caso, de taxa de juros. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

	2015				2014			
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
Derivativos								
DI FUT (LFT)	844	84.358	84.270	-	0 a 30 dias	-	-	-
DI FUT (LFT)	1.700	170.000	158.398	12	180 a 360 dias	-	-	-
DI FUT (LFT)	1.414	141.450	101.503	78	Acima de 360 dias	-	-	-
DI FUT (NTN-F)	1.139	113.950	96.789	14	Acima de 360 dias	-	-	-
Total	5.097	509.758	440.960	104				

	2015				2014			
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
Derivativos								
DI FUT (NTN-F)	1.675	167.500	167.354	-	0 a 30 dias	-	-	-
DI FUT (LFT)	3.565	356.500	281.576	(289)	Acima de 360 dias	-	-	-
DI FUT (NTN-F)	935	93.500	73.390	(107)	Acima de 360 dias	-	-	-
Total	6.175	617.500	522.320	(396)				

8. PRÊMIOS A RECEBER

a) Prêmios por segmento

	2015				2014			
	Prêmios a receber sobre crédito líquido	Prêmios sobre risco	Prêmios sobre crédito líquido	Prêmios sobre risco	Prêmios a receber sobre crédito líquido	Prêmios sobre risco	Prêmios sobre crédito líquido	Prêmios sobre risco
Ramos Agrupados								
Prestamista	2.135.158	(20.230)	2.114.928	1.814.067	(17.200)	1.796.867	-	-
Vida e grupo	217.562	(24.744)	192.818	297.017	(56.920)	240.097	-	-
Demais ramos	202.385	(4.839)	197.546	196.780	(9.886)	186.894	-	-
Seguro agrícola com cobertura do FESR	165.132	(4.160)	160.972	64.585	(4.127)	60.458	-	-
Seguro de vida do produtor rural	89.661	(6.161)	83.500	55.971	(5.080)	50.891	-	-
Total	2.809.898	(60.134)	2.749.764	2.428.420	(93.213)	2.335.207		

A Companhia não possui prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

b) Movimentação de prêmios a receber

	2015		2014	
	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Prêmios cancelados	Prêmios recebidos
(+) Prêmios emitidos	2.335.207	9.386.078	-	8.316.527
(+) IOF	-	671	-	219
(+) Adicional de fracionamento	-	161	-	219
(-) Prêmios cancelados	-	(2.055.667)	-	(1.203.817)
(-) Recebimentos	-	(6.949.765)	-	(6.497.545)
Constituições/reversões de provisão para perda	-	33.079	-	(67.817)
Saldo final	2.749.764	2.749.764	2.749.764	2.335.207

c) Composição por prazo de vencimento

	2015		2014	
	Saldo	Prêmios	Saldo	Prêmios
A vencer				
A vencer até 30 dias	468.097	373.524	117.723	81.267
A vencer de 31 a 120 dias	197.429	132.622	126.316	120.435
A vencer de 121 a 180 dias	297.886	256.448	1.342.403	1.146.670
A vencer de 181 a 365 dias	2.549.854	2.111.066	-	-
Total a vencer	3.413.266	2.933.660	1.686.442	1.358.372
Vencidos				
Vencidos até 30 dias	163.112	139.884	-	-
Vencidos de 31 a 60 dias	9.279	24.114	-	-
Vencidos de 61 a 120 dias	4.195	9.746	-	-
Vencidos de 121 a 180 dias	7.704	3.095	-	-
Vencidos de 181 a 365 dias	5.305	5.305	-	-
Vencidos acima de 365 dias	10.315	42.011	-	-
Total vencidos	199.910	224.141	-	-
Total	3.613.176	3.157.801	1.686.442	1.358.372

O período médio de parcelamento para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias.

9. OPERAÇÕES COM RESSEGURO E ATIVOS DE RESSEGURO E RETROCESSÃO

a) Ativo

	2015		2014	
	Recuperação de sinistros	Conta-movimento - IRB	Provisão para riscos de créditos	Outros
Total	466.852	408.069	466.852	408.069
Provisão de prêmios não ganhos - PPNG	344.519	180.009	344.519	180.009
Provisão de sinistros a liquidar - PSL/IBNeR	170.975	122.569	170.975	122.569
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	17.940	14.553	17.940	14.553
Risco vigente não emitido - RVNE	7.547	7.989	7.547	7.989
Provisão de despesas relacionadas - PDR	2.663	2.151	2.663	2.151
Outras	48.382	13.321	48.382	13.321
Total	592.468	350.150	592.468	350.150
b) Passivo				
Prêmios cedidos	1.002.935	901.876	1.002.935	901.876
Comissão a recuperar	(228.454)	(182.502)	(228.454)	(182.502)
Total	774.481	719.374	774.481	719.374

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

	2015				2014			
	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)	Retenção	Prêmio emitido líquido (*)	Prêmio de resseguro cedido (**) (nota 25f)
Grupo de ramos								
Pessoas	4.501.793	4.179	99,9%	4.576.546	4.908	99,8%	4.501.793	4.179
Rural	2.076.289	585.708	71,8%	1.736.110	481.167	72,3%	2.076.289	585.708
Outros	197.996	18.420	90,7%	173.055	31.788	81,6%	197.996	18.420
Total	6.776.078	608.307	91,0%	6.485.711	522.013	81,9%	6.776.078	608.307

(*) Não inclui RVNE e DPVAT no valor de (R\$ 39.360) e R\$ 184.183 respectivamente. (**) 42.537 e R\$ 149.902 em 31 de dezembro de 2014.

(**) Não inclui RVNE no valor de (R\$ 21.064) e R\$ 13.954 em 31 de dezembro de 2014.

10. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

É composto, basicamente, por ordem de pagamentos de sinistros aguardando a compensação bancária, para a devida baixa da provisão técnica de sinistros a liquidar no montante de R\$ 31.954 (R\$ 13.400 em 31 de dezembro de 2014).

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Companhia de Seguros Aliança do Brasil - CNPJ 28.196.889/0001-43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

23. PROVISÕES JUDICIAIS

a) Composição

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais (*)	
	2015	2014	2015	2014
Natureza				
Fiscal	561.410	529.251	599.153	564.165
COFINS	526.834	495.984	564.100	530.525
PIS	14.275	13.746	14.365	13.832
CSLL	13.083	12.609	13.291	12.809
IRPJ	7.218	6.912	7.203	6.910
Outros	—	—	194	89
Trabalhista	2.066	1.585	13	30
Cível	70.619	54.489	41.460	7.445
Total	634.095	585.325	640.626	571.640

(*) Depósitos judiciais referentes a sinistros em discussão sobram R\$ 140.507 (R\$ 128.328 em 31 de dezembro de 2014).

PIS/COFINS - Leis nº 9.718/98 e nº 12.973/14 - A Companhia discute judicialmente a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98, a qual passou a tributar as seguradoras pela COFINS e majorou a base de cálculo do PIS. Sobre a COFINS, a Companhia obteve decisão favorável em primeira instância, afastando a obrigatoriedade do recolhimento. Referida decisão foi reformada em segunda instância, sendo interpostos Recursos Especial e Extraordinário, que aguardam julgamento. Em paralelo, a Companhia ajuizou Medida Cautelar junto ao STF (nº 2833) obtendo garantia da suspensão da exigibilidade da COFINS com base no artigo 3º, §1º da Lei nº 9.718/98, até julgamento do Recurso Extraordinário. Quanto ao PIS, possui decisão parcialmente favorável em primeira instância, autorizando o não recolhimento sobre as receitas que excedem o faturamento, porém determinando a incidência do tributo sobre as receitas de prêmios de seguro, da qual foram interpostos recursos de apelação julgados improcedentes. Encontrar-se o processo aguardando julgamento de Recurso Extraordinário, e de Agravo de Despacho Denegatório de Recurso Especial. Sobre a discussão com base na Lei nº 9.718/98, a probabilidade de perda é classificada como provável quanto às receitas de prêmios, e possível quanto às receitas excedentes. Com a entrada em vigor da Lei nº 12.973/2014, a partir de 01 de janeiro de 2015, a administração da Companhia, amparada por seus consultores jurídicos, entende que a base de cálculo de PIS/COFINS está limitada aos prêmios de seguros. Sob o entendimento de que as receitas financeiras não compõem a base de cálculo do PIS/COFINS, a Companhia ingressou com ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária em agosto de 2014, cuja probabilidade de perda é possível. Em fevereiro de 2015 obteve tutela antecipada em Agravo de Instrumento, para excluir os rendimentos financeiros das reservas técnicas da incidência, decisão confirmada em novembro de 2015. Sobre as receitas relacionadas aos prêmios de seguros, efetuou depósitos judiciais relacionados a COFINS entre maio de 1999 e maio de 2009, devidamente provisionados, e atualizado monetariamente pela taxa SELIC, totalizando em Dezembro/2015 o valor de R\$ 526.834 (R\$ 495.984 em 2014). Os demais períodos foram devidamente recolhidos. Quanto ao PIS, a Companhia efetua o recolhimento do tributo regularmente. No tocante às demais receitas, efetuou depósitos judiciais relacionados a COFINS entre março de 1999 a dezembro de 2002, e de janeiro de 2008 a maio de 2009, sobre os quais não há provisão constituída em razão da classificação da probabilidade de perda como possível. Para os demais períodos há decisão judicial que suspende a exigibilidade e igualmente não há provisão por classificar-se a probabilidade de perda possível. A somatória da COFINS depositada judicialmente ou suspensa, desde Maio de 1999, atualizada pela taxa SELIC é de R\$ 221.651 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 175.939 em 2014). Quanto ao PIS a Companhia efetuou recolhimento até agosto de 2006, a partir desta data, obteve decisão judicial para suspender a exigibilidade. A somatória de PIS sobre as demais receitas, a partir de setembro de 2006, atualizada pela taxa SELIC é de R\$ 24.577 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 17.927 em 2014).

PIS - EC 17/97 - A Companhia discute judicialmente a exigibilidade do PIS instituído nos termos da Emenda Constitucional 17/97, vigente até janeiro de 1999, com decisão favorável em primeira, e reformada em segunda instância. Em Recurso Extraordinário, obteve decisão parcialmente favorável no sentido de que seja observado o princípio da anterioridade de que trata o §6º do art. 195 da CF/88. O processo aguarda julgamento de Agravo interposto face à referida decisão. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O tributo calculado sobre o período entre dezembro de 1997 e janeiro de 1999 foi depositado judicialmente e provisionado, os quais estão sendo atualizados pela taxa SELIC totalizando, em dezembro de 2015, R\$ 14.275 (R\$ 13.746 em 2014).

CSLL - A Companhia discute a majoração da alíquota da CSLL de 8% para 18% (Leis 9.249/95 e 9.316/96), e de 8% para 30% (EC 10/96), em duas ações judiciais. A primeira ação, que envolve a majoração decorrente da Lei nº 9.316/96 e da EC 10/96, obteve resultado parcialmente favorável à Companhia reconhecendo o direito à compensação de valores indevidamente recolhidos sob alíquota superior a 18%. Os demais aspectos da ação foram julgados improcedentes, e os valores depositados judicialmente serão convertidos em pagamento definitivo em favor da União. A segunda ação, na qual pleiteia aplicação da alíquota prevista na Lei nº 9.249/95, obteve resultado favorável em segunda instância, reformado em sede de Recurso Extraordinário interposto pela União Federal. A Companhia interpôs Agravo Regimental, o qual foi provido para reconhecer violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade. O processo foi remetido ao TRF para julgamento das questões remanescentes, onde se encontra sobrestado, até pronunciamento definitivo do STF no RE 578.846. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. A somatória dos depósitos judiciais atualizado pela taxa SELIC, e provisionados em dezembro de 2015 é de R\$ 13.083 (R\$ 12.609 em 2014).

IRPJ - A Companhia pleiteia judicialmente o direito de deduzir a despesa relativa à contribuição social sobre o lucro (CSLL) para a formação da base de cálculo do imposto sobre a renda (IRPJ) nos períodos-base de 1997 a 2000. Julgado de forma desfavorável em segunda instância, e negado seguimento ao Recurso Especial, aguarda julgamento do Recurso Extraordinário. O processo encontra-se sobrestado, aguardando julgamento de recurso representativo da matéria. A probabilidade de perda da ação é classificada como provável. A somatória dos depósitos judiciais atualizado pela taxa SELIC, e provisionados em dezembro de 2015 é de R\$ 7.218 (R\$ 6.911 em 2014).

IRPJ - A Companhia recolheu IRPJ competência janeiro de 2002 em 2003, desconsiderando a incidência de multa, fundamentada no instituto de denúncia espontânea. Questionada pela Receita Federal em relação à incidência de multa neste pagamento, ingressou com ação declaratória, que aguarda julgamento de apelação interposta pela União. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. O valor do depósito judicial atualizado pela SELIC até dezembro de 2015 é de R\$ 176 (R\$ 176 em 2014).

Contribuições previdenciárias - PLR - A Companhia discute divergência de recolhimento de contribuições previdenciárias decorrentes de remunerações pagas a título de Participação nos Lucros e Resultados - PLR no período de 2000 a 2006, em ação anulatória, que se encontra em fase de instrução. A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor atualizado até dezembro de 2015 é de R\$ 7.010.

Processos administrativos: PIS e COFINS - A Companhia foi autuada pelo não pagamento do PIS/COFINS incidentes sobre receitas financeiras, quanto ao período de junho de 2009 a dezembro de 2010, e discute a questão na esfera administrativa, na qual obteve resultado desfavorável e aguarda julgamento de Recurso Especial. A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor, atualizado pela taxa SELIC, até dezembro de 2015 é de R\$ 38.778 (R\$ 37.734 em 2014).

IRPJ e CSLL - A Companhia foi autuada em razão de pagamento de juros sobre o capital próprio aos seus acionistas quanto a períodos anteriores a data de pagamento, do que apurou a Receita Federal supostas diferenças nos limites de dedutibilidade. A Companhia discute a questão na esfera administrativa, na qual obteve resultado desfavorável e aguarda julgamento de Recurso Voluntário. A probabilidade de perda é classificada como possível. O valor, atualizado pela taxa SELIC, até dezembro de 2015 é de R\$ 49.388 (R\$ 44.510 em 2014).

Trabalhistas - A Companhia responde a processos de natureza trabalhista (principalmente horas extras) que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Companhia.

Cível - Tratam-se de ações judiciais que demandam pedidos não previstos, total ou parcialmente, nas coberturas contratadas através da apólice de seguro.

b) Movimentação:

	2015			2014				
	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total	I - Fiscais	II - Trabalhistas	III - Cíveis	Total
Saldo inicial	529.251	1.585	54.489	585.325	502.809	638	45.683	549.130
Constituições	—	242	12.043	12.285	—	1.001	20.609	21.610
Atualização monetária	32.159	239	13.242	45.640	26.442	182	6.944	33.568
Baixas	—	—	(9.155)	(9.155)	—	(236)	(18.747)	(18.983)
Saldo final	561.410	2.066	70.619	634.095	529.251	1.585	54.489	585.325

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	2015			2014		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
I - Fiscais	13	864.231	561.410	11	813.892	529.251
Provável	4	547.135	547.135	4	515.504	515.504
Possível	9	317.096	14.275	7	298.388	13.747
II - Trabalhistas	35	9.202	2.066	32	5.330	1.585
Provável	17	2.823	1.073	25	2.282	1.585
Possível	4	870	993	7	3.048	—
Remota	14	5.511	—	—	—	—
III - Cíveis	8.299	432.971	70.619	6.724	401.247	54.489
Provável	1.558	23.798	69.666	1.303	20.284	53.692
Possível	6.233	407.288	953	4.946	379.054	797
Remota	508	1.885	—	475	1.909	—
Total	8.347	1.306.405	634.095	6.767	1.220.469	585.325

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado, já homologado pela SUSEP, é de R\$ 655.745 (R\$ 380.482 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 698.763 ações nominativas sem valor nominal (640.619 ações em 31 de dezembro de 2014), sendo 380.763 ordinárias e 318.000 preferenciais, estas sem direito a voto e não conversíveis em ações ordinárias.

b) Dividendos e remunerações aos acionistas: Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio.

c) Reserva de capital: Em 31 de março de 2015, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 275.263 do qual o montante de R\$ 146.645 foi utilizado da reserva de capital.

d) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. O valor constituído em 2015 está limitado a 20% do capital social.

e) Reserva de investimentos: Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Companhia, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral.

f) Ajustes com títulos e valores mobiliários: Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, líquido dos efeitos tributários.

g) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	1.593.976	1.281.760
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	738.351	323.494
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	59.000	—
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	829.649	656.206
Total de dividendos distribuídos e pago	1.627.000	979.700

Distribuição dos dividendos:
 Dividendos distribuídos para as ações ordinárias 886.569 493.382
 Dividendos distribuídos para as ações preferenciais 740.431 486.318
 Quantidade de ações:
 Ações ordinárias 380.763 322.619
 Ações preferenciais 318.000 318.000
 Dividendos distribuídos por ação:
 Ações ordinárias 2,32840 1,52930
 Ações preferenciais 2,32840 1,52930

25. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Custo de aquisição %	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ramos						
Vida em grupo	1.521.134	1.498.717	33,83%	31,46%	35,36%	34,35%
Prestamista	1.520.872	1.290.332	19,27%	28,59%	29,10%	26,31%
Penhor rural instituições financeiras privadas	602.641	531.395	22,35%	19,89%	10,22%	9,97%
Seguro de vida do produtor rural	516.500	403.057	12,51%	11,21%	29,11%	29,25%
Demais ramos	502.718	434.245	55,28%	44,48%	8,76%	8,45%
Acidentes pessoais - coletivo	497.535	487.552	9,73%	14,04%	33,67%	32,80%
Seguro agrícola com cobertura do FESR	440.800	697.854	114,86%	59,87%	8,76%	8,20%
Doenças graves ou doença terminal	195.714	178.461	8,72%	20,48%	37,13%	36,32%
5.797.914	5.521.613	32,02%	30,92%	26,14%	24,34%	

b) Prêmios emitidos
 Prêmios diretos 6.920.901 6.678.150
 Prêmios de co-seguros aceitos 6.623.756 6.428.125
 Repasse DPVAT 44.351 31.317
 184.183 149.902
Recuperação de custos iniciais de contratação (1.856.652) (1.707.214)

c) Sinistros ocorridos
 Sinistros (1.787.401) (1.691.694)
 Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (51.810) 976
 Serviço de assistência (22.341) (20.196)
 Salvados 4.716 3.574
 Ressarcimentos (1.340) 126
d) Custo de aquisição (1.515.309) (1.343.716)
 Comissões (1.687.386) (1.643.695)
 Comissões de estipulantes (60.990) (56.079)
 Remuneração de agências (45.836) (18.317)
 Despesas com apólices e/ou contratos (19.542) (18.483)
 Despesas com inspeção de riscos (328) (552)
 Variação das despesas de comercialização diferidas 298.773 393.410
(172.811) (306.342)

e) Outras receitas e despesas operacionais
 Contribuição ao FESR (122.858) (171.707)
 Endomarketing (12.736) (7.462)
 Contingências cíveis (12.043) (21.122)
 Despesas com cobrança (9.659) (8.220)
 BB Turismo (1.340) (304)
 Apólices e contratos (1.340) (304)
 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) 36.020 (73.749)
 Outras (50.195) (23.778)
78.578 (174.789)

f) Resultado com resseguro
Receita com resseguro 475.957 407.801
 Recuperação de indenização - direto 472.421 404.254
 Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados 3.387 3.478
 Recuperação de indenização - PDR IBNR 149 69
(397.379) (582.590)
 Despesas com resseguro (612.166) (532.191)
 Prêmio de resseguro cancelados 15.669 6.273
 Prêmio de resseguro restituídos 9.254 3.275
 Variação das provisões de resseguro 190.013 (59.919)
 Salvados e ressarcimentos (149) (28)
(294.924) (252.327)

g) Despesas administrativas
 Pessoal próprio (113.426) (108.006)
 Localização e funcionamento (70.520) (57.758)
 Publicidade e propaganda (45.224) (25.352)
 Donativos e contribuições (14.026) (24.031)
 Outras despesas administrativas (22.581) (16.109)
(29.147) (20.891)

h) Despesas com tributos
(191.165) (169.039)
 COFINS (161.300) (140.679)
 PIS (26.304) (22.860)
 Taxa de fiscalização (3.558) (3.245)
 Outras despesas com tributos (273) (2.255)

	2015	2014
Resultado financeiro	578.274	363.344
Receitas financeiras	717.959	484.723
Juros sobre ativos financeiros destinados a valor justo por meio do resultado	229.948	182.413
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	243.709	89.817
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	191.535	173.504
Rendimento equivalente de caixa	3.377	2.914
Atualização de depósitos judiciais	44.508	31.730
Operações de seguros	1.461	2.806
Outras receitas financeiras	3.421	1.539
Despesas financeiras	(139.685)	(121.379)
Atualização monetária sobre provisões sinistro a liquidar judicial	(57.223)	(30.344)
Atualização monetária sobre provisões judiciais	(45.640)	(33.255)
Operações de seguros	(27.238)	(18.073)
Taxa de administração	(9.188)	(39.554)
Outras despesas financeiras	(396)	(153)

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social

	2015	2014
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	2.422.713	2.422.713
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(605.655)	(363.407)
Efeito - aumento da CSLL 15% para 20% (nota 26c)	—	(39.384)
Diferenças temporárias	7.154	4.293
Diferenças permanentes	(6.001)	(3.664)
Seguros rurais	—	125.169
Amortização de ágio	29.073	—
Juros sobre o capital próprio	14.750	8.850
Deduções incentivadas	22.618	—
Imposto de renda e contribuição social correntes	(399.391)	(393.012)
Constituição/Reversão de crédito tributário	(36.227)	(4.293)
Ajustes relativos a períodos anteriores	—	(65.284)
Ajuste de crédito tributário-aumento da CSLL 15% para 20%	—	4.186
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(435.618)	(393.119)
Alíquota efetiva (%)	18%	17%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar

	2015	2014	Variação
Ativo			
Tributos a compensar	68	321	(253)
Tributos retidos na fonte	413	67	346
Total circulante	481	388	93
Diferenças temporárias:			
Contingências tributárias	109.021	110.151	(1.130)
Contingências cíveis	28.248	21.796	6.452
Provisão para riscos de crédito	28.464	39.725	(11.261)
Provisão para participação nos lucros	4.554	8.507	(3.953)
Contingências trabalhistas	826	634	192
Outras provisões	4.647	2.208	2.439
Ajustes de títulos a valor justo TVM	25.585	7.759	17.826
Tributos diferidos sobre ágio	55.722	84.795	(29.073)
Total não circulante	257.067	275.775	(18.708)

c) Comentário da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Medida Provisória (MP) nº 675/15 convertida na Lei nº 13.169/15: A Lei nº 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL das Instituições financeiras por prazo determinado, período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, passando a vigorar a alíquota de 20%. O efeito do aumento de 5% na alíquota sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização, até dezembro de 2018, foi de R\$ 7.321, e a despesa adicional decorrente da majoração em 2015 representou R\$ 39.384.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas a Companhia, e Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, o Grupo IMAFFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. Com o Banco do Brasil e empresas a ele ligadas, a Companhia mantém operações que geram receitas (basicamente a venda de seguros) e despesas (principalmente a compra de seguros de automóvel, planos de previdência, a intermediação e